



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

CILENE BRITO DA SILVA DE ARRUDA

**ENFRENTANDO A DISCRIMINAÇÃO NO 6º ANO DA
ACELERAÇÃO**

Brasília – DF

Outubro 2015

CILENE BRITO DA SILVA DE ARRUDA

**ENFRENTANDO A DISCRIMINAÇÃO NO 6º ANO DA
ACELERAÇÃO**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Professor Orientador: Dr^a. Larissa Medeiros Marinho dos Santos

Brasília – DF

Outubro 2015

CILENE BRITO DA SILVA DE ARRUDA

**ENFRENTANDO A DISCRIMINAÇÃO NO 6º ANO DA
ACELERAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural do (a) aluno (a)

Cilene Brito da Silva Arruda

Drª Larissa Medeiros Marinho dos Santos

Professor-Orientador

Drª Patrícia Cristina Campos Ramos

Professor-Examinador

Brasília, 14 de novembro de 2015

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades
para a sua própria produção ou a sua construção.”
Paulo Freire (2002, p. 47)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, autor e consumidor da minha fé.

Agradeço a minha que Deus me deu. Meu esposo Josivan, meus filhos Danielle e Thiago, meu genro Jaime e meu netinho Athos.

Faço um agradecimento em particular a minha orientadora Larissa Medeiros Marinho dos Santos pela forma gentil de ensinar e ajudar-me nessa monografia. Deus te abençoe sempre.

A todos os professores que de maneira direta ou indireta colaboraram para o meu conhecimento.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a discriminação que os alunos do 6º ano da aceleração enfrentaram no Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo em São Sebastião DF e como prejudicou sua autoestima. Uma escola da periferia do DF com diversos problemas sociais. Pensando nesse contexto foi que o projeto de proposto tornou-se viável, pois pretendeu incentivar o aluno a conhecer os direitos dos indivíduos para criar situações intencionais para promover a troca de informações e a construção individual e coletiva do assunto abordado. Uma classe composta de 14 alunos com dificuldades de acompanhar os sua turma. Os alunos ao sentirem-se discriminados e com sua autoestima fragilizada não acompanham o desenvolvimento necessário e a proposta do projeto visou reverter essa situação para garantir, afirmar e expandir os direitos já conquistados. Tendo em vista o impacto exercido pela escola na vida do aluno o projeto veio somar para inseri-lo na escola e preparar melhor o cidadão na sua formação aprendendo a valorizar e não discriminar as pessoas. Se, de um lado, as políticas públicas querem evitar a evasão, por outro, esses programas ocultam o fracasso escolar dentro da aceleração, que é uma defasagem acumulada. Considerando essa classe em particular, a dificuldade encontrada levou ao desprestígio e a discriminação. Os assuntos abordados dentro da intervenção em sala de aula levaram a turma a refletir sobre os direitos humanos e como poderiam contribuir para que todos entendam que a responsabilidade não é apenas individual. Partindo das realidades e necessidades da turma e na tentativa de superação o projeto foi desenvolvido promovendo o acesso as turmas da escola, demonstrando através dos trabalhos de exposição que os alunos da aceleração fazem parte da escola diante das leis e seus direitos também são preservados.

Palavras-chave: Turmas de aceleração, discriminação, direitos humanos.

SUMÁRIO

| | | |
|-----|---|----|
| 1 | Introdução..... | 01 |
| 1.1 | Contextualização e Formulação do Problema..... | 02 |
| 1.2 | Objetivo Geral | 03 |
| 1.3 | Objetivos Específicos..... | 03 |
| 2 | Referencial Teórico..... | 04 |
| 2.1 | Preconceito na Aceleração..... | 08 |
| 3 | Métodos e Técnicas de Pesquisa..... | 10 |
| 3.1 | Cronograma..... | 13 |
| 4 | Ações Interventivas..... | 14 |
| 5 | Análise e Discussão do Processo Interventivo..... | 16 |
| 6 | Considerações Finais..... | 19 |
| | Referências..... | 21 |
| | Anexos..... | 24 |

1 INTRODUÇÃO

O sistema de aceleração por si só já traz um estigma de “burros”, “atrasados” e “incapazes”; ser designado então para uma classe que não acompanha a própria turma atrasada, a situação se torna pior. Sendo assim, se faz extrema a necessidade de estimular o crescimento desses alunos em sua autoestima e segurança. Guiá-los ao conhecimento de seus direitos lhes dará a possibilidade de enfrentar situações de conflito de forma não violenta. Trabalhar a criticidade induzirá à reflexão para o crescimento.

Conscientizar os alunos a respeito da importância de dar prosseguimento aos estudos é necessário, haja vista a dificuldade em progredir na aquisição do conhecimento. A fórmula do sucesso nesse processo está em professores sensíveis à essas dificuldades, um corpo diretor apoiador e, dentro das possibilidades, uma família comprometida com o aluno.

A forma didática e metodológica usada será a de adequação do currículo já fornecido pela escola com um ensino de conteúdo alternativo que possibilitará trabalhar atividades como a elaboração de frases, reescrita de textos e consultas a dicionários. A sala de aula é um lugar apropriado para tratar dos direitos humanos por ser um espaço que tem características especiais e que, muitas vezes, é esquecida pelas políticas públicas.

As aquisições já obtidas pelos alunos corroborarão para que textos sobre os Direitos Humanos sejam inseridos, com o intuito de desenvolver o sentimento de segurança e autoestima. Serão atividades e desafios significantes para cada aluno. O projeto interventivo teve a duração de um mês três dias por semana, duas horas cada aula.

A intenção do presente trabalho foi tornar esses alunos mais eficientes, dinâmicos e aptos para prosseguirem com sua turma, além de conscientes dos seus direitos e que possam desenvolver-se em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

1.1 Contextualização e Formulação do Problema

O Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo em São Sebastião DF desenvolve um projeto de correção de Fluxo desde 2002 que propõe recuperar alunos atrasados no seu desenvolvimento escolar. Excepcionalmente, formou-se uma turma de 14 alunos na faixa etária de 15 e 16 anos matriculados no 6ºano com dificuldade de leitura e escrita em nível alfabético. Os alunos que se encontram em uma escala maior de atraso que os demais são excluídos, diminuídos em sua autoestima e discriminados por não acompanharem as outras turmas de aceleração.

De acordo com o Ministério da Educação, as turmas de aceleração "têm a finalidade de possibilitar" aos sistemas públicos de ensino, municipal e estadual as necessárias condições para combater o fracasso escolar, proporcionando aos alunos que apresentam a chamada distorção idade-série efetivas condições para a superação de dificuldades relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem. Os dados mais atualizados (Censo 2014) da Secretaria de Educação do Distrito Federal apontaram que a porcentagem da defasagem idade/série na cidade de São Sebastião chega a 38,18%, em torno de 711 alunos.

Embora a intenção da aceleração foi beneficiar os alunos defasados, a ideia que se faz desse sistema para os discentes é a de que, participar dessas turmas significa não estar no mesmo nível dos outros, criando assim barreiras complexas. As dificuldades se apresentam em forma de desinteresse, descuido com as tarefas e falta de atenção, no nível intra-classe. É possível ver além disso que o álcool, as drogas, a violência e a falta do acompanhamento das famílias colaboram também para essa realidade.

A classe tem grandes problemas de aprendizado e comportamento, mas o conhecimento adquirido até aqui será usado para avançar no trabalho pedagógico elegendo alvos a atingir. O aluno encontra-se em situação de atraso mesmo no sistema de aceleração. É possível, a partir disso, constatar que a raiz do problema vem das primeiras séries. O projeto de intervenção irá somar para ajudar o aluno desenvolver-se na aceleração.

1.2 Objetivo Geral

Intervir na relação que a classe de aceleração do 6º ano estabelece com a discriminação sofrida e o relativo desconhecimento de seus direitos.

1.3 Objetivos Específicos

- Refletir sobre a construção da autoimagem nos alunos que se encontram na aceleração.
- Analisar se os critérios pedagógicos usados para trabalhar os Direitos Humanos estão voltados para uma aprendizagem de qualidade que seja capaz de promover a elevação da autoestima.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em 1990 houve a necessidade de criar um programa de aceleração como uma política pública, mas somente em 2005, com a Prova Brasil, as cidades implantaram a correção de fluxo de acordo com a necessidade de cada uma. A correção da distorção de idade/série foi criada pela Secretaria da Educação do Distrito Federal para solucionar um problema grave que ocorre nas escolas, alunos com atraso escolar. Para corrigir esse fluxo, fez-se necessário a criação das turmas de aceleração. Conforme se encontra registrado em um dos pareceres do Sindicato dos Professores:

A Subsecretaria de Planejamento e de Inspeção do Ensino encaminhou, em 10 de julho de 2002, para apreciação deste Colegiado, o Programa de Aceleração da Aprendizagem para as Escolas Públicas do Distrito Federal, propondo sua inclusão na Proposta Pedagógica da Educação Básica para as Escolas Públicas do Distrito Federal, aprovada por meio do Parecer n.º 62-CEDF, de 22 de dezembro de 1999.

Os alunos da aceleração são inseridos ao final do ano letivo para aquela série que tenham condições de acompanhar e dar prosseguimento aos estudos. É uma estratégia pedagógica que o MEC (Ministério da Educação) encontrou para diminuir a evasão e a repetência escolar.

Segundo a professora Maria das Mercês Ferreira Sampaio (1998), a defasagem de distorção de idade/série sempre esteve presente na realidade educacional, é inevitável ignorar. Os alunos acelerados sentem-se desmotivados e muitas vezes excluídos e diminuídos em sua autoestima. Em “Classes de Aceleração “Pedagogia” da inclusão ou da exclusão?” a autora assinala que a turma de aceleração é mais um programa imediatista que vem em nome da inclusão para regularizar o fluxo escolar. Os alunos que são atendidos pela aceleração além da defasagem de idade, eles também têm muitos problemas na aprendizagem.

Eles carregam consigo estigmas e rótulos que tentam superar com a oportunidade de desenvolvimento na aceleração. A aceleração é positiva quando intervêm no conhecimento do aluno para dar oportunidade de aprender, de saber expressar-se e desenvolver-se em sua autoestima.

Aceleração diferencia-se das turmas regulares na metodologia, pois nesse caso há uma seleção de conteúdos. Dentro do ensino educacional do Distrito

Federal a aceleração trabalha com alunos que não acompanham o ensino regular e estão defasados. Eles não progrediram nos estudos, esses alunos têm dificuldades de leitura, escrita, interpretação de textos e operações matemáticas simples e até mesmo no comportamento. A Secretaria de Educação do Distrito Federal assinala em suas orientações pedagógicas:

É direito de todos os estudantes do sistema de ensino do Distrito Federal uma educação voltada para um processo que entenda as diferenças do ser humano, como um princípio de igualdade. Uma educação que prime pelo direito à liberdade, como direito fundamental na construção da subjetividade e uma educação que propicie o encontro de estudantes e profissionais da educação em uma atitude de constante solidariedade e fraternidade, pilares dos Direitos Humanos (2013, p. 15).

O Sistema de ensino no Distrito Federal é voltado para as diferenças existentes nas escolas e a individualidade. Uma das causas apontadas para a distorção idade/série é a evasão escolar. O baixo rendimento escolar faz com que esses alunos fiquem desanimados e acabem desistindo. Apenas um terço dos alunos da série inicial do ensino fundamental chega ao 6º ano com o aprendizado adequado. Esse aluno tem que adequar-se ao novo sistema, vários professores e professoras com disciplinas diferentes; o lúdico agora não é mais trabalhado com tanta frequência. Nessa nova caminhada, o aluno sente-se desmotivado, há uma grande repetência e abandono. Em outras situações esses alunos são responsáveis por cuidar da casa e dos irmãos mais novos. A falta de acompanhamento por parte da família também é um fato que prejudica o desenvolvimento do aluno. Para ajudar a solucionar esse problema, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu Artigo 24 dá um respaldo.

A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a - avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b - possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c - possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d - aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e - obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Segundo a LDB (9.394/96) a proposta da aceleração é mais que uma intervenção, é também um investimento para sanar as lacunas de aprendizagem e melhorar o desempenho dando oportunidade de melhorar o desempenho e corrigir o fluxo escolar. Essa estratégia permite não só corrigir a distorção do fluxo escolar, mas proporciona aos alunos e alunas superar as dificuldades encontradas no meio da caminhada escolar.

A escola inclusiva parte do princípio de que todos os educandos podem conviver, aprender e participar da comunidade escolar e social. A intenção é fazer com que as diferenças sejam respeitadas e a diversidade torne-se uma característica natural, que fortaleça as relações e enriqueça as experiências pedagógicas. Santos (2003, p. 56) acrescenta que

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

A Inclusão social é uma ação que combate a exclusão social, geralmente ligada a pessoas de classe social inferior, nível educacional baixo, com deficiência física, idosos ou minorias, entre outras que não têm acesso a várias oportunidades; que visa oferecer aos mais necessitados oportunidades de participarem da distribuição de renda do País, dentro de um sistema que beneficie a todos e não somente a uma camada da sociedade. De maneira mais ampla, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 1, aborda o tema deste modo: “todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos”. Esta declaração afirma ainda que “o esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento sustentável”. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994) o desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada no aluno ser capaz de bem sucedidamente educar a todos, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas.

O professor é um importante ator nesse processo e deve ter acesso a cursos de formação que o auxiliem nessa difícil missão, de conduzir os alunos inclusos junto com a turma regular. É um trabalho árduo, considerando a falta de estrutura física e humana que o Estado, omissos em muitas escolas, abandona o professor

sozinho para conduzir, a sua maneira, o processo. A inclusão é processo e, portanto, precisa de tempo, de ações de políticas públicas, políticas educacionais, organizações de grupos de pessoas, sendo de responsabilidade de cada cidadão.

A formação do professor para atuar nas classes inclusivas é muito importante para o sucesso da inclusão. Isso parece óbvio, mas a realidade é que muitos dos professores do ensino regular nunca receberam capacitação para atuar com alunos especiais. É preciso estender a todos os professores que atuam nas escolas, cursos de formação continuados, com práticas pedagógicas eficazes e apropriadas.

A escola deve ser representada principalmente pelo educador, que quando bem preparado pode fazer o papel de mediador frente às possíveis situações de expectativa, ansiedade e insegurança que envolve os casos de inclusão. Dentro deste conceito mais amplo de Educação, a inclusão abarca todas as diferenças dos indivíduos de gênero, etnia, cultura e classe social e tenta garantir o acesso e permanência de todos, sem restrição, dentro dos espaços escolares.

Na aceleração o processo de inclusão se torna até uma ação polêmica quando se sabe que essa classe foi criada para possibilitar ao aluno o sucesso na aprendizagem, já que ele se encontra em atraso escolar. Sampaio (1998, p. 57) diz que “na situação de desvantagem há alunos reais, excluídos e diminuídos em sua auto-estima. Os alunos prejudicados têm rosto, nome, sonhos, história - não são números ou índices, assim como seus professores e suas professoras”.

A desigualdade social no Brasil mostra também o reflexo dentro da educação. Os alunos e alunas da aceleração encontram barreiras em todas as áreas por se tratarem de um grupo socialmente desfavorecido. Segundo Sampaio os

Problemas sociais envolvem não só a vida dos alunos, dificultando sua frequência regular e seu aproveitamento, mas refletem-se também na precariedade do atendimento escolar, na situação dos salários dos professores, no descuido com sua formação (2000, p. 58).

Uma educação defasada em todos os sentidos é reflexo dos problemas sociais. Segundo Saviani (1991, p.51) “o que me parece necessário atingir é o entendimento de que a determinação da sociedade sobre a educação não retira da educação a margem de autonomia para retroagir sobre o funcionamento da própria sociedade”. O problema com relação a aceleração é só mais um problema na educação, mas não é por isso que a escola deixará de dar novas alternativas para a

resolução do problema da discriminação existente dentro dela. Faz-se necessário melhorar e ajustar-se às necessidades sociais e econômicas do país. Esses alunos e alunas precisam dar continuidade nos estudos para que possam adquirir conhecimento para o crescimento individual.

A sala de aceleração encontra-se junto a outras salas mudando apenas o horário. Observa-se que o aluno da aceleração já carrega consigo o peso das reprovações, sendo considerado desinteressado pela escola, indisciplinado e negligente. Alguns professores também não ajudam essa classe. Existem vários estudos sobre aceleração e sua eficácia, mas ainda não se chegou a um consenso sobre o assunto.

Sabe-se que o problema da aceleração não é apenas da escola, é um problema que a sociedade e os poderes públicos vêm enfrentando. Por isso há a necessidade de se elaborar projetos pedagógicos e metodologias que possam ajudar o aluno da aceleração a superar as dificuldades de aprendizado e também os problemas sociais que são fatores externos.

2.1 Preconceito na aceleração

Segundo o dicionário Houaiss “preconceito é um julgamento ou opinião concebida previamente e opinião formada sem fundamento justo ou conhecimento suficiente”. De forma velada ou não, sempre existiu um pré-julgamento sobre as turmas de aceleração. Cada um desses alunos carrega consigo marcas e consequências das séries anteriores pelo fato de não acompanharem seus colegas da mesma idade para a série seguinte.

Sabe-se que há vários fatores que dificultam o aprendizado. O preconceito enfrentado pela turma de aceleração começa nos professores, que de certa forma não motivam seus alunos, dizendo-os que são capazes de aprender e avançar no aprendizado. “O preconceito é uma manifestação que ocorre nos diversos níveis sociais e educacionais da sociedade e seria no mínimo ingênuo acreditar que você ou eu não temos preconceito” (TORRES e NEIVA, 2011, p. 222). O preconceito existe, devemos discuti-lo na escola e contribuir para que cada aluno tenha respeitado o seu direito de aprender.

Outro problema enfrentado pela aceleração são os “rótulos”. Rotular os alunos por causa

da sua situação educacional não deve ser uma atitude condizente com profissionais da educação. Aprender a lidar com as diferenças é algo que vem sendo trabalhado nas escolas, mas infelizmente, as necessidades individuais nem sempre são observadas no aprendizado. Esses alunos têm características comportamentais diferentes, assim como cada ser humano é único. Por isso não devem ser “rotulados”. Debater sobre o assunto do preconceito e incentivar o respeito à diversidade na turma é uma maneira de propiciar a aprendizagem.

O programa de aceleração foi desenvolvido para recuperar a situação da defasagem de aprendizado na escola. Esse programa deverá contar com professores que tenham atitudes que ajudem os alunos a melhorar sua autoestima, para que eles possam sentir-se capazes de acreditar em si mesmos e tenham uma visão positiva do futuro. Sousa (1999) elenca alguns requisitos que os programas de aceleração oferecem. Segundo atestam os relatórios de avaliação, na metodologia deve-se dar ênfase na realidade do aluno, com professores bem capacitados e que tenham o apoio das coordenações pedagógicas; acesso a material didático-pedagógico de boa qualidade e um número reduzido alunos em sala, para facilitar que a avaliação seja contínua e possibilite um espaço para o aluno o desenvolvimento positivo de sua autoimagem.

Embora tenham esses requisitos, não consta no programa de aceleração da escola um projeto específico de combate ao preconceito. Os professores e até algumas pessoas da direção demonstram falta de habilidade para trabalhar com essa turma. É inadmissível no aluno da aceleração como um “caso perdido” ou até mesmo um “desperdício de tempo” ensiná-los.

Para Augusto Cury, pensador contemporâneo da educação, a escola deve ser um complemento à educação familiar. E, para isso, os professores precisam saber educar a emoção e trabalhar as funções mais importantes da inteligência para formar pensadores, e não repetidores de informações.

Nesses tempos em que a tecnologia tem saído na frente, em que muitas vezes não precisamos nem pensar, apenas apertar um botão já resolve, se faz necessário que a escola corra atrás do prejuízo e comece a estimular a classe de aceleração para refletir e tirar suas próprias conclusões com autonomia. E como Cury pontua: “Formar pensadores e educar a emoção é vital e urgente” (2001, p. 72).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A proposta interventiva foi desenvolvida com uma classe de 14 alunos do 6º ano da Aceleração na faixa etária de 15 e 16 anos. São alunos que não têm compreensão, pelo menos formal, sobre a questão dos direitos humanos, são excluídos e diminuídos em sua autoestima e discriminados por não acompanharem as outras turmas de aceleração.



Figura 1 - Classe de Aceleração

O Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo localiza-se na rua 01 lote 101 São Sebastião DF. A escola pertencia a antigas fazendas Papuda e Taboquinha. Foi construída a escola no terreno da cerâmica (olaria) que adotou o nome da mesma. Assim foi construído e batizado o Centro de Ensino Cerâmica São Paulo. A escola está localizada em uma comunidade pobre e enfrenta dificuldades devidas à várias situações. O Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo está localizado em uma comunidade carente da cidade de São Sebastião, na região administrativa XIV do Distrito Federal, distando 23 Km de Brasília. A população é de 130 mil habitantes, sendo que 47% são de jovens com menos de 20 anos. A Regional de Educação conta com 23 escolas públicas, destas 04 (quatro) são da área rural. Somente o CEF Cerâmica São Paulo trabalha com a aceleração, destinando 03 (três) salas para esse fim.

A grande maioria dos moradores é de assalariados ou autônomos com renda mínima. O número de desemprego é grande e grande parte dessas famílias é formada de mães e filhos. Com as famílias desestruturadas os filhos são abandonados à própria sorte. Esses fatores preocupam a comunidade escolar e estão contemplados no Projeto Político Pedagógico da escola:

Esta situação social tem aumentado e provocado uma crise na instituição familiar, levando muitos jovens e adolescentes a procurar nas ruas, na violência e na marginalidade social respostas e conforto para o seu sofrimento. Os índices de violência juvenil são muito altos e tem explicação na falta de orientação familiar, na falta de atividades educacionais, culturais e esportivas, na pobreza e na falta de perspectivas melhores de vida. (2014, p 10).

A escola oferece ensino na modalidade de Ensino Fundamental, anos finais e regulares. São 905 alunos assim distribuídos: no turno matutino - 6º ano: 57 alunos; 7º ano: 101 alunos e 8º ano: 287 alunos, perfazendo um total de 445 alunos. As aulas começam às 7h30 até às 12h15. No turno vespertino - 6º ano: 147 alunos; 7º ano: 145 alunos e no 8º ano: 138 alunos que fazem um total, no turno vespertino, de 458 alunos. Esse turno tem início às 13h até às 18h.

No início a escola existia apenas 01 (um) prédio com poucas salas de aula, hoje a escola tem 04 prédios e seu quadro de funcionários é composto por 69 (sessenta e nove) pessoas distribuídas: na Direção são 03 (três), administrativo 02 (dois), coordenadores pedagógicos 03 (três), orientador educacional 01 (um), professores 33 (trinta e três), serviço geral 12 (doze), merendeiras 04 (quatro), vigilantes 04 (quatro) e também conta com 07 (sete) educadores sociais.

O espaço físico da escola é: 02 (duas) quadras sendo uma coberta, 01 (um) estacionamento, 12 (doze) salas de aula, 01(uma) sala dos professores, biblioteca, secretaria, sala da direção, cantina ampla, sala de coordenação, sala de informática, sala do almoxarifado, sala de recurso, sala para o pessoal do serviço geral, 02 (duas) áreas cobertas para a educação integral, 02 (dois) banheiros para os alunos e 02 (dois) para os professores e um pátio.

A escola conta com decisões diretivas colegiadas e a participação efetiva do “Conselho Escolar” que tem representantes de todos os segmentos e comunidade escolar. A Instituição desenvolve suas atividades pedagógicas por meio de metas e estratégias interdisciplinares pautando a importância da mesma na vida dos educandos e é uma referência socioeducativa primordial aos anseios de todos os

segmentos que a compõem, priorizando assim, as necessidades apresentadas pelos mesmos.

As atividades extraclasse como clubes de leitura, projetos literários e interdisciplinares, sala de recursos, laboratório de informática, educação inclusiva, passeios pedagógicos, recuperação de estudos, campeonatos, entre outros, não são desenvolvidas direcionadas para o Ensino Fundamental, uma vez que a finalidade é mobilizar a todos com estratégias para um ensino de qualidade buscando a globalização de ideias através da interação e de um trabalho interdisciplinar, onde a parceria com a comunidade é fundamental para o bom desempenho da mesma. A participação de todos seja nas coordenações, festas e tomadas de decisões, mostra que uma escola de qualidade se faz com uma comunidade participativa e atuante.

O projeto interventivo teve duração de uma semana na própria sala de aula. De acordo com as ações a seguir:

Ação 1: Apresentação do vídeo “Os 30 Artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos em animação” – em sala de aula com duração de 20 min. Ao término da apresentação, cada aluno recebeu uma folha de resposta para dar prosseguimento à atividade. A presente aula teve a duração de 1h.

Atividade: A proposta para a atividade foi fazer com que os alunos escrevam um parágrafo sobre o que mais chamou atenção no vídeo.

Método e técnica empregada: Exibição de audiovisual.

Material: TV, pendrive e folhas de resposta.

Ação 2: Roda de conversa - Pergunta circular. Essa técnica incentiva a participação de todos os alunos. Dando prosseguimento às ações interventivas e ainda refletindo sobre o vídeo da primeira aula, os alunos sentaram em círculo juntamente com a professora e relebraram alguns apontamentos feitos por eles mesmos em seus textos e fizeram a pergunta tema da roda de conversa: “Na nossa comunidade escolar os Direitos Humanos são respeitos? Sim ou não – Por quê?”.

A exemplo do jogo “batata-quente” Foi apresentada uma caixa que passou de mão em mão até que a música parou, e aquele que estava com a caixa retirou dela um doce e respondeu a pergunta. Naturalmente, a discussão continuou até que todos se expressaram. Essa atividade teve a duração de 1h30min.

Atividade: Discussão

Método e técnica empregada: Pergunta – Na nossa comunidade escolar os Direitos Humanos são respeitados? Sim ou não – Por quê?

Material: Gravador e caixa com doces.

Ação 3: ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Foram expostas as cartilhas do estatuto e apresentado o conteúdo feito pela professora. Cada opinião foi ouvida e respeitada para que a fatura da atividade fossem enriquecidas, e mais tarde, compartilhada com toda a escola. A duração teve de 2h.

Atividade: Confeccionou cartazes pontuando os itens do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Método e técnica empregada: Expositivo

Material: Cartilha do ECA, cartolina, pinceis atômicos, cola e revistas.

3.1 Cronograma

| Atividade | Julho | Agosto | 17/08 | 19/08 | 21/08 | 24/08 a 13/09 | 27/09 |
|---|-------|--------|-------|-------|-------|---------------|-------|
| Definição do Assunto | X | | | | | | |
| Elaboração do Projeto | X | | | | | | |
| Apresentação à escola | X | | | | | | |
| Desenvolvimento do Projeto | | X | | | | | |
| Palestra: Direitos Humanos. | | | X | | | | |
| Roda de conversa - Pergunta circular | | | | X | | | |
| Exposição do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente | | | | | X | | |
| Análise e discussão do processo de intervenção | | | | | | X | |
| Elaboração do Relatório Final | | | | | | | X |

4 AÇÕES INTERVENTIVAS

A partir da observação, ficou claro que os alunos da aceleração sofreram com o preconceito, o que gerou nos alunos uma situação de baixa autoestima. Este trabalho retrata as condições que estes alunos se encontravam por serem discriminados e como podem, através do conhecimento dos direitos humanos, se sentirem capazes e otimistas com o futuro.

O fim do preconceito na aceleração é uma utopia, mas qualquer intervenção em prol do combate à discriminação pode amenizar o peso que os alunos carregam. O trabalho desenvolvido teve como objetivo ajudar esse aluno a entender que, independentemente do local, classe social, etnia ou gênero, ele tem o direito como “ser humano” e “cidadão” de adquirir conhecimento e desenvolver-se.

O projeto contou com três ações, todas executadas dentro da sala de aula para alcançar os objetivos propostos. Questionou-se o que significam os direitos humanos, alguns alunos arriscaram em falar “que é o direito de cada um”, mas não conheciam realmente esses direitos. A proposta da intervenção foi fazer-se conhecido os direitos de todos. O filme “Os 30 Artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos em animação” foi apresentado de forma lúdica com desenho animado, houve silêncio em toda sala e ao término do filme os alunos escolheram um dos direitos e escreveram no quadro como entenderam. De forma bem simples todos entenderam que os direitos humanos foram criados para todo o ser humano.



Figura 2 - Elaboração dos textos

Cada aluno produziu um pequeno parágrafo sobre o que entenderam a respeito dos Direitos humanos. Alguns trabalhos foram selecionados por eles e colocados no mural.

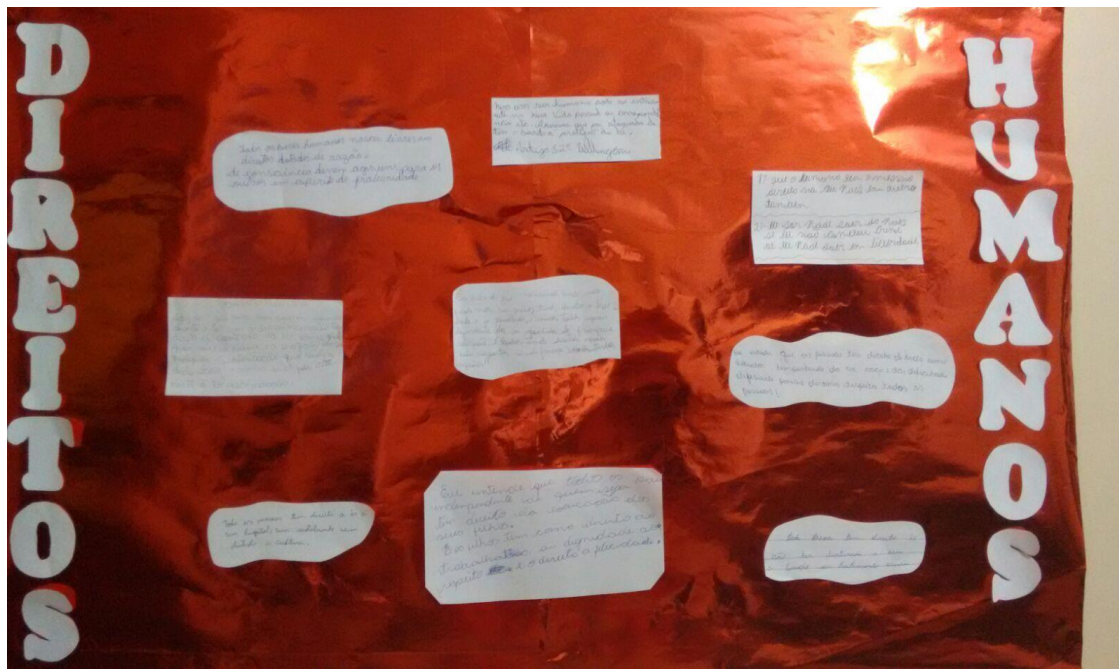


Figura 3 - Exposição dos Textos



Figura 4 - Textos produzidos

A menção e a garantia dos direitos humanos são recentes. Com o passar das gerações a preocupação pelo bem-estar do outro tem aumentado. Muito se tem falado em cidadania, mas poucas foram as ações feitas para garantir esse direito. Falta moradia, saúde, alimentação etc. Os nossos direitos como cidadãos estão sendo usurpados e mesmo com uma representação institucionalizada, em pouca coisa avançamos.

Com toda certeza o avanço e a aplicação dos direitos humanos estão deslanchando e saindo do papel. Ainda falta muito, mas o primeiro passo foi dado, Se faz necessário que através de políticas públicas, escolas, ONGs entre outros, o ser humano seja conscientizado e levado a respeitar os outros e também a si mesmo.

Dando prosseguimento às ações interventivas e ainda refletindo sobre o vídeo da primeira aula, os alunos sentaram em círculo juntamente com a professora que relembrou alguns apontamentos feitos por eles mesmos em seus textos e fez a pergunta tema da roda de conversa: “Na nossa comunidade escolar os Direitos Humanos são respeitos? Sim ou não – Por quê?”. A roda de conversa foi uma maneira de chamar atenção para o preconceito. Segundo o relato dos alunos a violência existente na comunidade não respeita esses direitos e que na escola o preconceito está arraigado, “nós queremos mais respeito”. Preconceito nada mais é do que atitudes de intolerância geradas pela falta de conhecimento que terminam por criar estereótipos.



Figura 5 - Roda de conversa

Para encerrar a ação, foi trabalhado o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Através da cartilha, os alunos fizeram a leitura e deram suas opiniões – “professora, esse estatuto é bom, pena que muitas vezes não é cumprido no nosso meio”.



Figura 6 - Apresentação dos Direitos da Criança e do Adolescente

Cada opinião foi ouvida e respeitada, depois eles colocaram em várias partes

da escola cartazes pontuando os itens do Estatuto.



Figura 7- Mosaico de Cartazes sobre os Direitos da Criança e Adolescente

A partir da cartilha do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) os alunos começaram a compartilhar sobre sua vivência na comunidade e na escola. Relataram que nem todos respeitam esses direitos e que seria necessário que os órgãos responsáveis divulgassem mais sobre seus direitos, que os meios de comunicação alertassem os adolescentes e que a escola colocasse em prática tais direitos.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO

O projeto de intervenção deparou com vários problemas sociais durante a execução e constatou que além da discriminação existente, também havia muita violência por parte dos alunos. Fez-se necessário chamar um profissional na área de segurança para falar sobre os vários tipos de drogas, violência na escola, leis e responsabilidade familiar.



Figura 8 - Palestra sobre os direitos dos Adolescentes

Antes do profissional de segurança realizar a palestra dois professores foram ameaçados por alunos, duas alunas fugiram para outro estado e três alunos foram encontrados usando *cananabis sativa* (conhecida popularmente como maconha) na hora do intervalo. A escola trabalhou em conjunto com as famílias dos envolvidos e também com todos os outros. A palestra tirou muitas dúvidas à respeito dos deveres e direitos e mostrou que, como cidadãos, podem contribuir com uma cidade menos violenta. A escola precisa ser um ambiente de aprendizagem que deverá direcionar o aluno para a construção do conhecimento, um local obrigatoriamente de pluralidade cultural. Mesmo com a diversidade na escola, é importante também trabalhar a individualidade e ao mesmo tempo a coletividade. Para isso, a troca de informações entre os envolvidos no processo da aprendizagem e uma interação da cultura escolar são indispensáveis. Isso se torna notável quando a escola procura, além do ensino, passar também valores importantes como o respeito para com todas as pessoas.

A desigualdade social tem afetado diretamente a escola. “Essa extrema desigualdade tem se articulado historicamente como uma estrutura social marcada por extrema desigualdade econômica – política, o que se expressa no cotidiano das práticas sociais” (PULINO, 2015, seção II, p. VIII).

Com as dificuldades sociais, observou-se que os alunos da aceleração sentem a discriminação pela situação em que se encontram, com a idade/série em defasagem. Segunda a aluna “A” o sentimento de discriminação começa pela escolha das matérias. (...) “todo mundo têm aula com a professora de educação física já nós temos aula com nossa professora (...) só o básico”.

As turmas de aceleração têm um diferencial do ensino regular, em algumas disciplinas eles não são contemplados, como educação física e informática, por exemplo.



Figura 9 - Primeira aula de Informática

O projeto interventivo contou com ações voltadas para a discriminação na escola, para tanto, necessitava-se conhecer os Direitos Humanos. Sabe-se que o conhecimento dá oportunidade ao aluno para o seu desenvolvimento. Para saber dos Direitos Humanos, foi necessário falar sobre a ONU (Organização das Nações Unidas). Em sala de aula apresentou-se o filme “Os 30 Artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos em animação”; os alunos tiveram oportunidade de

falar sobre esses direitos. O aluno “B” da 6ª série escreveu: “Todos nós somos iguais diante da lei, sem discriminação e tem o direito a proteção da lei como qualquer outra pessoa”. Eles tiveram a oportunidade de registrarem o que aprenderam e como “seres humanos” descobriram que fazem parte de um todo que têm direitos.

O segundo momento da ação interventiva contou com a mesma classe que assistiu ao filme para realizar a roda de reflexão conjunta sobre o tema abordado. Em sala de aula todos os alunos trouxeram as cadeiras e formaram um círculo, todos queriam se expressar sobre o assunto. O aluno “C” falou “que deve ter direito a liberdade, escola boa, saúde, proteção, moradia e alimentação”. Podemos notar que as normas sociais também discriminam, de acordo com Nascimento e Delmondez (2015, seção I, p. VI).

Vive-se, hoje, segundo normas sociais que oprimem e discriminam a diferença marcada no corpo, sendo que essa discriminação opera mediante a desqualificação do outro, podendo acarretar graves danos pessoais, sociais e educacionais.

Na roda de reflexão falou-se sobre preconceito e foi observado que na turma da aceleração encontramos alunos excluídos e diminuídos em sua autoestima. São alunos que têm dificuldades de acompanhar a turma, por isso são tachados de preguiçosos e desinteressados só pelo fato de estarem em defasagem idade/série. Nesta escola em particular, o número de evasão escolar vem crescendo a cada dia, as turmas chegaram a ter 30 alunos por sala, hoje são turmas pequenas onde a maioria tem apenas 20 alunos.

Os alunos reconhecem que esse preconceito não é apenas na escola, e que a desigualdade é um reflexo da educação para toda sociedade. “(...), a escola é também um lugar de reprodução do negativo de nossos valores culturais: o preconceito, a discriminação, a violência” (NASCIMENTO E DELMONDEZ, 2015, seção II, p. XXVII). Dentro do contexto escolar, na aceleração, os professores ajudam o aluno na superação das dificuldades de aprendizado, mas não a superar sua baixa autoestima.

A última ação interventiva contou com apresentação do ECA (Estatuto da Criança e Adolescente). “O Brasil foi um dos primeiros países a organizar uma legislação que seguisse os princípios da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, criando em 13 de julho de 1990 o Estatuto” (BRASIL, 2012). Com a criação do estatuto, as crianças e os adolescentes tiveram seus direitos

preservados. Em sala de aula foi feita a leitura da cartilha do ECA. Os alunos pontuaram alguns artigos nos quais também estão inseridas essas diretrizes. Como adolescentes, comentaram que apesar do estatuto não ser recente, ainda há muita coisa para aprender. Alguns alunos elencaram a desestruturação familiar como sendo uma das principais causas dos problemas na sociedade. Para eles, esse reflexo na escola tornou-se ainda mais latente.

A escola é um complemento da educação dada pela família, por isso ela deve preocupar-se em sempre ajudar a conhecer os direitos de seus entes para colocá-los em prática. A educação está presente em todos os momentos da vida do “ser humano” e a escola ajuda também na construção da identidade pessoal. Sobre isso Pulino (2015, seção I, p. V) destaca:

Esse processo de construção da identidade pessoal, que se dá sempre na relação entre pessoas que compartilham um espaço, um tempo e uma dimensão histórico-cultural, é o processo de humanização de cada ser humano, que se dá mesma maneira que o ser humano, enquanto espécie, se constitui, humanizou-se, na história.

Os alunos da aceleração com todas as informações recebidas confeccionaram pequenos cartazes e colocaram na escola, informando aos colegas os direitos de cada criança e adolescente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O eixo norteador das ações desenvolvidas no âmbito educacional foram os próprios educandos. No primeiro momento se fez necessário conhecer o Projeto Político Pedagógico da escola, assim o projeto esteve pautado na necessidade de trabalhar a discriminação na aceleração. O estudo revelou que o projeto interventivo teve uma abrangência limitada, embora a escola trabalhe com a preocupação da inclusão. A pesquisa envolveu a classe de aceleração e mostrou que o projeto tem potencial para viabilizar a inclusão buscando envolver o aluno na cidadania para fortalecer a autoestima..

O trabalho de pesquisa realizado na turma de aceleração do CEF São Paulo deu-se início com a constatação da falta de estímulo necessário para que esses alunos continuassem a se dedicar aos estudos.

As aulas de intervenção começaram devido à dificuldade dos alunos acompanharem o ritmo das outras turmas. O projeto veio mobilizar os interesses para ativar a participação dos mesmos, sempre desafiá-los a pensar a fim de entusiasmar sua confiança e valorizar cada avanço para melhorar a autoestima.

Para desconstruir a figura estigmatizada desses alunos, houve a necessidade de começarmos desde a base da leitura e escrita, como foi proposto pelo educador Paulo Freire, o método de palavras geradoras (BRANDÃO, 2008). Foi trabalhada a leitura, a escrita e a formação das palavras, pois apesar de estarem no 6º ano da aceleração, a turma tem dificuldades primárias.

O projeto foi apresentado para o coordenador pedagógico e não houve resistência da sua parte, foi mostrado a importância de levar o aluno a refletir na construção da sua autoestima e conhecer os Direitos humanos.

Para acompanhar a frequência e o desempenho dos estudantes foram realizadas atividades em sala de aula. Os alunos participaram do andamento do projeto, mas no momento de registrar, devido a dificuldade de leitura e escrita, não se sentiram à vontade. Reconheceram a necessidade da intervenção e sentiram-se fragilizados pela pouca instrução.

As aulas aconteceram depois do intervalo e sempre na mesma sala. Ao sentirem-se desestimulados, a classe foi tendo dificuldade com o aprendizado. Foi então que trabalhou-se a autoestima e foi mostrado que a distorção de fluxo era uma forma de recuperar o tempo perdido.

O projeto ficou paralisado por duas semanas devido a falta de segurança. Antes do profissional de segurança realizar a palestra, dois professores foram ameaçados por alunos, duas alunas fugiram para outro estado com garotos e foram encontrados três alunos usando cananabis sativa (conhecido popularmente como maconha) na hora do intervalo. A escola trabalhou em conjunto com as famílias dos alunos envolvidos e também com todos os outros. A palestra tirou muitas dúvidas à respeito dos seus deveres e direitos e como cidadãos podem contribuir com uma cidade menos violenta. O auxílio de um profissional da área de segurança foi requerido, intencionando esclarecer os alunos.



Figura 10 - Palestra sobre os Direitos dos Adolescentes

Concluiu-se então que a escola deveria trabalhar mais a autoestima e o respeito nos relacionamentos interpessoais. Infelizmente podemos notar que, na escola, existem níveis intransponíveis.

Viver em uma sociedade sem discriminação ainda é um sonho. Estamos longe de atingirmos esse patamar, mesmo assim, não podemos como escola eximir-nos da nossa responsabilidade.

REFERÊNCIAS

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire** – Col. Primeiros Passos. 29ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 2008.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. 341.27 **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / coordenação de Herbert Borges Paes de Barros e Simone Ambros Pereira; colaboração de Luciana dos Reis Mendes Amorim ...[et al.]. — Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003. 52 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 9.394/1996. 1996.

BRASIL. **Portal. Cidadania e Justiça**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/07/vinte-e-dois-anos-de-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

BRASIL. **Relatório de Atividades**. Ministério da Educação. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/sef00.pdf>. Acesso em: 31 de agosto de 2015.

BRASÍLIA. **Defasagem**. Secretaria de Educação. Disponível em: se.df.gov.br/ascom/documentos/censo/2014/14/2014_pub_ef_209.t_cre_defasagem.pdf

BRASÍLIA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: em tirinhas para crianças. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. (Séries ações de cidadania; n.16).

BRASÍLIA. **Programa de Aceleração da Aprendizagem**. Sindicato dos Professores do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2011/03/parecer-n.%C2%BA-1932002-cedf.pdf> – Acesso em: 12 de setembro de 2015.

CENSO ESCOLAR. **Cadastro das Instituições Educacionais do Distrito Federal**. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/suplav/esc_df_mar15/cadastro_completo_2014.pdf. p 32 e 63. Acesso em: 18 de setembro de 2015.

CURY, Augusto. **Ansiedade** [recurso eletrônico]: como superar o mal do século: a síndrome do pensamento acelerado: como e por que a humanidade adoeceu coletivamente, das crianças aos idosos. 1. ed. - São Paulo: Saraiva, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HOUAISS, Antonio e Villar, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 3.ed. rev. e aum. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. e DELMONDEZ, Poliannne. **Módulo II – Sujeitos da Diversidade Cultural e da Desigualdade** – Seção I e II. Material didático do curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos. Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

_____. **Orientações Pedagógicas**. Secretaria de Educação. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/public/orientacoes_pedagogicas_cdis_2013.pdf

_____. **Projeto Político Pedagógico**. Educação para Diversidade – Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo. São Sebastião DF. 2014.

PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. **Módulo I - Diversidade Cultural e Ambiente Escolar** –Seção II. Material didático do curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos. Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. **Módulo IV – Tornar-se Humano e os Direitos Humanos** – Seção I. Material didático do curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos. Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

REDE GLOBO. Distrito Federal. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/06/sao-sebastiao-regiao-administrativa-do-df-completa-22-anos-nesta-quinta.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. Aceleração de estudos: uma intervenção pedagógica. **Aberto**, p. 57-73, 2000. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1075/977>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 56

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 14 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SÃO PAULO. **Aceleração de estudos**: enfrentando a evasão no ensino noturno. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Equipe do CENPEC. São Paulo: Summus, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Cortez, 1991. Capítulo 2: Problemas sociais e problemas da aprendizagem, p. 41-55.

SINPRO. **Parecer n.º 193/2002-CEDF**. Processo n.º 030.002981/2002. Interessado: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2011/03/parecer-n.º-1932002-cedf.pdf>. Acessado em 31 agost. 2015.

SOUSA, Clarilza Prado de. **Limites e possibilidades dos programas de aceleração de aprendizagem**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa, nº 108, p. 81-99, novembro/1999.

TORRES, Cláudio Vaz e NEIVA, Elaine Rabelo. **Psicologia Social** - Principais Temas e Vertentes. Porto Alegre, ARTMED, 2011.

_____. **Um gosto amargo de escola**: relações entre currículo e fracasso escolar. São Paulo : EDUC, 1998.

VÍDEO

Os 30 Artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos em animação.

Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tDzOf2-iryY>. Acesso em: 12/08/15 às 21h35min.